

Educação especial: Quando qualidade quer dizer inclusão – Estudo de caso num agrupamento de escolas

Joaquim Brigas¹; M. Luísa Branco²

¹ Universidade da Beira Interior; d1649@ubi.pt

² Universidade da Beira Interior; lbranco@ubi.pt

Resumo: A investigação tem como objetivo perceber como se faz o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais e apurar a qualidade do serviço prestado. Importa apurar se o serviço prestado promove uma verdadeira inclusão ou se as práticas escolares levam exclusão dos alunos. Emerge, assim, a questão geral que orienta a investigação: serão os modelos de atendimento em educação especial promotores de inclusão? É necessário, então, perceber a organização, o planeamento, as práticas e a avaliação dos processos no âmbito da educação especial para aferir da qualidade do serviço prestado. Para responder à questão será adotado um estudo de caso de natureza qualitativa, com recurso a entrevistas e análise documental, estudando cinco alunos com currículo específico individual que são atendidos num mesmo agrupamento de escolas. Com base neste estudo pretende-se contribuir para a construção de um dispositivo que possa aferir a qualidade do serviço prestado no âmbito da educação especial.

Palavras-chave: Qualidade; Educação Especial; Equidade; Exclusão; Inclusão

1. Introdução

Com a investigação intitulada *A Educação Especial: quando qualidade significa inclusão – Estudo de caso num agrupamento de escolas* pretendemos equacionar o tipo de serviço prestado aos alunos com necessidades educativas especiais, com efeitos nas aprendizagens realizadas e na sua exclusão ou inclusão educativa.

Assim, numa primeira fase, abordaremos o enquadramento da educação especial no sistema educativo português, designadamente a sua evolução histórico-normativa. Também se faz uma análise das práticas escolares

relativamente ao atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais desde as soluções integrativas até às opções da escola inclusiva. Para perceber a qualidade do serviço prestado no âmbito da educação especial é apreciada a importância do referente utilizado para a elegibilidade dos alunos que integram a educação especial. O instrumento de referência é a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – Crianças e Jovens. Este instrumento é utilizado como referente principal aquando da avaliação especializada e importa saber se também é usado para aferir a qualidade dos resultados e aprendizagens dos alunos.

Com base no enquadramento referido, implementar-se-á um estudo empírico, consistindo numa análise interpretativa do trabalho produzido junto de cinco alunos que usufruem da medida *currículo específico individual*, com o estudo documentos que enformam a prestação do serviço educativo no âmbito da educação especial – referência; relatórios técnico-pedagógicos; programas educativos individuais; relatórios circunstanciados – e com a audição dos principais atores – pais, professores de educação especial, diretores de turma, diretor de agrupamento.

2. Contextualização teórica

O conceito de necessidades educativas especiais foi introduzido pelo Warnock Report, em 1978, no Reino Unido, colocando a tónica na avaliação das características individuais dos alunos e responsabilizando-se a escola regular pela ativação de medidas e recursos educativos especializados adequados a cada situação específica. São identificadas as formas de necessidades educativas especiais que dizem respeito a (i) utilização de equipamentos especiais, facilidades ou recursos, modificação do meio ou técnicas especiais de ensino; (ii) currículo especial ou modificado; (iii) particular atenção à estrutura social e ao clima emocional em que a educação decorre. (Warnock: 1978).

Este conceito abarca todos os alunos que exigem recursos ou adaptações especiais no processo de ensino/aprendizagem, não comuns à maioria dos alunos da mesma idade, por apresentarem dificuldades ou incapacidades que se refletem numa ou mais áreas de aprendizagem.

As necessidades educativas especiais, assim perspetivadas, abarcam um grupo muito heterogéneo de alunos, cujas dificuldades ou incapacidades podem ir de grau ligeiro a severo e cujas necessidades educativas podem ter

um carácter mais ou menos prolongado. Assim, estão identificados alunos com necessidades educativas especiais que são justificadas por défices físicos ou mentais, devidamente atestados pelos serviços de saúde e outro tipo de alunos que não têm a justificação médica para as suas dificuldades e necessidades educativa. É nesta perspetiva que Rodrigues (2001) fala em dois tipos de alunos: os que têm necessidades educativas “normais” e os que têm necessidades educativas “especiais”. Apenas os que apresentavam alguma deficiência (os segundos) tinham apoio personalizado que lhes permitia acesso ao currículo.

O Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, (definição dos apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário) visa:

a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social. (art.º 1.º)

Simeonsson, et al (2010), consideram que a classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde – crianças e jovens foi projetada para ser usada de forma positiva para a justificação das razões que levam à necessidade da prestação do serviço educativo no âmbito da educação especial. O referente representa um progresso quer em relação aos modelos que se focalizam apenas em aspetos individuais e nas incapacidades (os chamados modelos biopsicológicos) quer em relação aos modelos sociais que colocam todo o foco no funcionamento das estruturas e instituições sociais.

Correia (2010b) diz que a aplicação da CIF tem gerado grande confusão devido à insegurança e pouca formação dos seus utilizadores o que tem levado a significativa variabilidade nas respostas dadas às diversas categorias. Defende que é necessária maior investigação académica. Outros falam da inadequação do instrumento, que é um instrumento de saúde, para orientar um processo que se quer pedagógico e inclusivo (Rodrigues & Nogueira, 2011).

O modelo de atendimento que está subjacente à aplicação da norma legal é o da integração dos alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares. A inclusão dos alunos nas classes regulares não passa apenas pela mera integração física. A ideia de inclusão vai mais longe e pressupõe que a escola seja “capaz de desenvolver uma pedagogia centrada nas crianças, susceptível de as educar a todas com sucesso, incluído as que apresentam graves incapacidades.” (UNESCO, 1994, p.6).

De facto, a integração centra-se fundamentalmente nos défices dos alunos que são vistos como barreiras à participação. Ao invés, a inclusão coloca essas barreiras à participação dentro da escola e também nas práticas sociais, políticas e práticas escolares (Armstrong & Rodrigues, 2014). A inclusão está indissoluvelmente ligada à educação especial. A educação especial assume-se como uma prestação de serviços, envolvendo um conjunto de recursos que podem permitir a construção de um ensino orientado para as necessidades específicas dos alunos com necessidades educativas especiais. “A educação especial não é, ao contrário do que é habitual ler-se na legislação portuguesa e ouvir-se nos meios académicos e nas escolas, uma educação paralela ao ensino regular” (Correia, 2010a, p. 14).

3. Metodologia

Neste estudo opta-se por uma metodologia qualitativa, assumindo-se uma dimensão heurística. Uma investigação qualitativa caracteriza-se por “contemplar uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das perceções pessoais” (Bogdan & Biklen, 1994, p.11). Será feito um estudo de caso em que a unidade de análise são os processos pedagógicos que são desenvolvidos juntos de alunos com currículo específico individual. Este estudo de caso serve de apoio à compreensão de um problema mais vasto – a inclusão e o sucesso escolar dos alunos com necessidades educativas especiais.

A fim de prosseguir os objetivos definidos serão utilizadas algumas técnicas de recolha de dados, designadamente a análise documental, incidindo nos documentos fundamentais dos alunos com necessidades educativas especiais – relatórios técnico-pedagógicos dos alunos; programas educativos individuais; relatórios circunstanciados, e também entrevistas semiestruturadas.